



POLÉMICA ■ VISITA À DIRECTORIA DO PORTO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA



Alberto Martins (à esq.) acompanhado pelo director da PJ da Directoria do Norte, Batista Romão

Autonomia da PJ é valor absoluto

■ Alberto Martins é peremptório e afasta hipótese de a Judiciária integrar outro ministério

● TÂNIA LARANJO

A forma peremptória como Alberto Martins afastou a hipótese de a Polícia Judiciária poder ser integrada no Ministério da Administração Interna – o que foi recentemente admitido por Mário Mendes, coordenador de segurança – agradou aos elementos daquela polícia que ontem acompanharam o

ministro da Justiça numa visita às instalações no Porto. “A autonomia da PJ é um valor absoluto”, assegurou o ministro, considerando que não faz sentido qualquer debate em torno da tutela única para as polícias.

“A PJ é uma polícia de Justiça, e por isso é na Justiça que deve estar. Esse é o compromisso do Governo relativamente a esta matéria, e portanto há discussões que não fazem sentido”, considerou o governante, que enalteceu o trabalho da PJ. “Se a crimina-



lidade violenta diminuiu o ano passado em Portugal tem a ver com a capacidade da investigação criminal.”

Alberto Martins realçou ainda que a intervenção da Polícia Judiciária no âmbito da Justiça é “import-

tante para a separação de poderes, num Estado de Direito”.

Almeida Rodrigues, director da PJ, realçou também, na mesma cerimónia, que a PJ do Porto é um dos departamentos da instituição com mais resultados. ■